



JUCESP PROTOCOLO

932869/06-3



**COMPANHIA BRASILIANA DE ENERGIA**

CNPJ/MF Nº: 04.128.563/0001-10

NIRE: 35.300.183.550

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**  
**REALIZADA EM 29 DE NOVEMBRO DE 2006**

1. **DATA, HORA E LOCAL:** Realizada aos vinte e nove dias do mês de novembro de 2006, às 15:30 horas, excepcionalmente, na Rua do Lavapés, nº 463, Sala de Multimídia II, Bairro Cambuci, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.
2. **CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Reunião convocada nos termos do Estatuto Social, estando presentes os seguintes membros do Conselho de Administração: Eduardo José Bernini, Charles Lenzi, Marcelo de Carvalho Lopes, Antonio Luiz Barros de Salles e Lucio da Silva Santos.
3. **MESA:** Presidida pelo Sr. Eduardo José Bernini e secretariada pela Sra. Silvia Maria Ribeiro Lopes.
4. **ORDEM DO DIA:** Os membros do Conselho de Administração da Companhia se reuniram para deliberar sobre as seguintes matérias constantes da ordem do dia:
  - (i) Complementar os termos e condições da emissão pública de debêntures simples, no valor total de até R\$800.000.000,00 (oitocentos milhões de reais) (“Debêntures”), conforme aprovada em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 21 de setembro de 2006 e Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 10 de novembro de 2006, de modo a detalhar as questões relacionadas à remuneração das debêntures e as hipóteses de vencimento antecipado.
5. **DELIBERAÇÕES:** Abertos os trabalhos, verificado o quorum de presença e validamente instalada a presente Reunião, o Presidente submeteu à apreciação dos Conselheiros de Administração a matéria constante do item (i) da Ordem do Dia. Os membros do Conselho de Administração presentes, após esclarecimentos sobre a aprovação da referida Emissão de Debêntures em sede de Reunião Prévia, realizada em 24 de agosto de 2006, deliberam, sem quaisquer ressalvas ou restrições:

**5.1** Aprovar os seguintes termos e condições da emissão das Debêntures, sujeita à prévia aprovação da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, conforme segue:

### **I – Remuneração**

As Debêntures farão jus a uma remuneração que contemplará juros remuneratórios, a partir da data de emissão, incidentes sobre seu valor nominal unitário não amortizado, e estabelecidos com base na taxa média dos Depósitos Interfinanceiros DI de um dia, “over extra grupo”, expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculada e divulgada pela CETIP (a “Taxa DI”), acrescida exponencialmente de spread de 2,25% (dois inteiros e vinte e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 dias úteis (o “Acréscimo sobre a Taxa DI”, sendo a Taxa DI e o Acréscimo sobre a Taxa DI, em conjunto, referidos como a “Remuneração”). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos. Os juros correspondentes aos Períodos de Capitalização serão devidos semestralmente, todo dia 20 de maio e 20 de novembro de cada ano, exceto com relação ao primeiro Período de Capitalização. O vencimento do primeiro período será em 20 de maio de 2007 e do último em 20 de maio de 2016. “Período de Capitalização” será definido como sendo o intervalo de tempo que se inicia na data de emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento dos juros imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista para o pagamento de juros correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucederá o anterior sem solução de continuidade. Os juros correspondentes aos Períodos de Capitalização serão devidos semestralmente, todo dia 20 de maio e 20 de novembro de cada ano, exceto com relação ao primeiro Período de Capitalização. O vencimento do primeiro período será em 20 de maio de 2007 e do último em 20 de maio de 2016.

### **II – Vencimento Antecipado**

A Escritura conterá eventos de vencimento antecipado descritos abaixo, procedimentos relativos a tais eventos, bem como demais obrigações a serem assumidas pela Companhia:

- a) caso a Companhia, não celebre com o Agente Fiduciário o aditamento à Escritura de Emissão, de forma a refletir a alteração da espécie das Debêntures de quirografária para com garantia real em até 30 (trinta) dias contados da publicação do Anúncio de Início;
- b) pedido de auto-falência da Companhia, das partes prestadoras de garantias (“Intervenientes Anuentes”) da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. (“Eletropaulo”) e AES Tietê S.A. (“AES Tietê”); (b) pedido de falência da Companhia, dos Intervenientes Anuentes, da Eletropaulo e/ou da AES Tietê formulado por terceiros e não devidamente elidido pela Companhia, pelos Intervenientes Anuentes, pela Eletropaulo e/ou pela AES Tietê, no prazo legal; (c) decretação de falência da Companhia, dos Intervenientes Anuentes, da

*h*

Eletropaulo e/ou da AES Tietê; e/ou (d) liquidação, dissolução ou extinção da Companhia, de seus acionistas controladores diretos, da Eletropaulo e/ou da AES Tietê;

- c) descumprimento, pela Companhia, de qualquer obrigação pecuniária relacionada às Debêntures, não sanada no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da data do respectivo vencimento;
- d) descumprimento pela Companhia de qualquer obrigação não pecuniária prevista na Escritura, e no caso das Intervenientes Anuentes o descumprimento de obrigações relevantes a serem previstas nos documentos das Garantias Reais, dentro de um prazo de 30 (trinta) dias de notificação do Agente Fiduciário a respeito do descumprimento, sendo que esse prazo não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo específico;
- e) (I) alteração de controle acionário da Companhia que não resulte na AES Corporation ou no BNDES ou em ambos como controladores (direta ou indiretamente) da Companhia; e (II) cisão, fusão, incorporação, transformação e/ou qualquer forma de reorganização societária, envolvendo a Companhia, ou qualquer uma das Intervenientes Anuentes, que implique a redução da participação acionária, na Data de Emissão, da Companhia direta ou indiretamente, em Eletropaulo e AES Tietê;
- f) alienação, pela Eletropaulo ou pela AES Tietê, de ativos essenciais às suas atividades, que possa afetar a capacidade de pagamento das Debêntures;
- g) intervenção, extinção ou transferência da concessão e autorização para a exploração de serviços de geração de energia pela AES Tietê, e da concessão para a exploração pela Eletropaulo de serviços de distribuição de energia;
- h) protesto legítimo de títulos contra a Companhia, a Eletropaulo e/ou a AES Tietê, cujo valor unitário ou agregado seja igual ou superior ao valor em reais equivalente a US\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de dólares norte-americanos), salvo se (a) no prazo de 5 (cinco) dias úteis, se comprove que o protesto tenha sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, (b) for cancelado, ou, ainda, (c) tiver a sua exigibilidade suspensa por decisão judicial;
- i) ocorrência de qualquer decisão judicial transitada em julgado ou arbitral definitiva, de natureza condenatória, contra a Companhia, a Eletropaulo ou a AES Tietê, cujo valor individual ou agregado ultrapasse o valor em reais equivalente a US\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de dólares norte-americanos), salvo se a Companhia, a Eletropaulo ou a AES Tietê, conforme o caso, comprovar o

4

pagamento aos Debenturistas no prazo de 10 (dez) dias úteis a partir do referido pagamento, do respectivo valor total da condenação, nos prazos e termos estabelecidos em referida decisão judicial transitada em julgado ou decisão arbitral definitiva e desde que a Companhia, Eletropaulo ou AES Tietê, conforme o caso, não comprove estar negociando com o credor o pagamento do valor devido;

- j) não-manutenção, desde o primeiro dia após o primeiro ano contado da data de emissão das Debêntures, e enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, por dois trimestres consecutivos, dos seguintes índices financeiros apurados trimestralmente, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da AES Tietê e Eletropaulo, feita a anualização, quando aplicável, mediante a soma do trimestre em questão com os três trimestres imediatamente anteriores:

- (i) O índice obtido da divisão da Dívida Financeira Líquida pelo EBITDA (conforme definidos abaixo) não deverá ser superior a 2,30.

Onde:

“Dívida Financeira Líquida” significa (i) o somatório de (a) todas as obrigações da AES Tietê e da Eletropaulo por fundos tomados em empréstimo ou em relação a depósitos ou adiantamento de qualquer tipo; (b) todas as obrigações da AES Tietê e da Eletropaulo evidenciadas por títulos, debêntures, notas ou saldo devedor da operação de hedge; (c) todas as dívidas de terceiros garantidas por (ou em relação a qual o titular da dívida tenha um direito, seja condicional ou não, de ser garantido) qualquer ônus sobre bens detidos ou adquiridos pela AES Tietê e pela Eletropaulo, tenha ou não a dívida garantida sido assumida; (d) todas as obrigações relativas a arrendamentos mercantis da AES Tietê e da Eletropaulo; (e) todas as obrigações, condicionais ou não, da AES Tietê e da Eletropaulo na qualidade de emissora de cartas de crédito, cartas de garantia e/ou avais; e (f) todo o passivo com o fundo de pensão registrado no balanço; e (g) todas as obrigações, condicionais ou não, da AES Tietê e da Eletropaulo em relação a aceites bancários; (ii) subtraídas todas as Disponibilidades de Caixa, conforme definido abaixo.

“Disponibilidades de Caixa” significa o somatório dos saldos em caixa e aplicações financeiras de curto prazo da AES Tietê e da Eletropaulo, tais como CDB’s, RDB’s, letras hipotecárias, saldo

4

credor das operações de hedge, fundos de investimento e outros e de longo prazo, desde que títulos públicos federais com liquidez.

“EBITDA” significa, para qualquer período, o somatório do resultado operacional da AES Tietê e da Eletropaulo e suas subsidiárias; (i) acrescido de todos os valores atribuíveis a (sem duplicidade): (a) depreciação e amortização; (b) despesas financeiras; (c) todo o caixa recebido pela Eletropaulo atribuível ao reajuste tarifário extraordinário de acordo com a Medida provisória n.º 14, de 21 de dezembro de 2001 – RTE (Lei n.º 10.438, de 26 de abril de 2002), exceto a parcela a ser repassada às geradoras; e (d) todos os montantes relativos às despesas com entidade de previdência privada, classificados na conta “Custo de Operação”; (ii) deduzidos de todos os valores atribuíveis à (sem duplicidade) receitas financeiras.

- (ii) O índice obtido da divisão entre EBITDA (conforme definido acima) pelas Despesas Financeiras Líquidas (conforme definido abaixo) não deverá ser inferior a 2,5.

Onde:

“Despesas Financeiras Líquidas” significa o somatório das despesas financeiras da Eletropaulo e da AES Tietê deduzido do somatório das receitas financeiras da Eletropaulo e da AES Tietê.

- k) não manutenção desde o primeiro dia após o primeiro ano contado da Data de Emissão das Debêntures, e enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, por dois trimestres consecutivos, do seguinte índice financeiro apurado trimestralmente, com base nas demonstrações financeiras não consolidadas da Companhia (Demonstrações Controladora), feita a anualização, quando aplicável, mediante a soma do trimestre em questão com o trimestre imediatamente anterior:

“Cobertura do Serviço da Dívida” maior ou igual a 1,10 nos dois primeiros anos de apuração do índice e 1,25 a partir do terceiro ano de apuração do índice.

Onde:

“Cobertura do Serviço da Dívida” significa, quando aplicado à Companhia, o índice obtido da divisão da (i) Geração de Caixa somado ao Caixa Inicial pela (ii) somatória das Despesas Financeiras Líquidas com a Amortização do Principal das Dívidas.



“Geração de Caixa” significa, quando aplicável à Companhia, para qualquer período, o somatório de todos os recursos recebidos pela Companhia nos últimos seis meses, incluindo mas não se limitando a, (i) toda e qualquer receita auferida pela Companhia em decorrência de pagamentos, remunerações de qualquer tipo (inclusive financeiras), vendas de ativos, indenizações, empréstimos e novas captações cujos recursos sejam utilizados para pagamento de juros e/ou principal da dívida ou de qualquer outra operação ou fato e (ii) dividendos recebidos de suas controladas, deduzindo-se as despesas da atividade (despesas operacionais subtraídas das despesas com amortização e das despesas financeiras líquidas).

“Caixa Inicial” significa, quando aplicável à Companhia, o somatório dos saldos em caixa e aplicações financeiras de curto prazo da Companhia, tais como CDB’s, RDB’s, letras hipotecárias, saldo credor das operações de hedge, fundos de investimento e outros, e de longo prazo, desde que Títulos Públicos Federais com liquidez, relativo ao semestre imediatamente anterior à verificação do índice.

“Despesas Financeiras Líquidas” significa o somatório das despesas financeiras da Companhia deduzido do somatório das receitas financeiras da Companhia.

“Amortização do Principal das Dívidas” significa, quando aplicável à Companhia, para qualquer período, o somatório das amortizações de principal das suas dívidas nos últimos 6 (seis) meses, sendo dívida o somatório de (a) todas as obrigações da Companhia por fundos tomados em empréstimo ou em relação a depósitos ou adiantamento de qualquer tipo, (b) todas as obrigações da Companhia evidenciadas por títulos, debêntures, notas, contratos derivativos, ou instrumentos similares; (c) todas as dívidas de terceiros garantidas por (ou em relação a qual o titular da dívida tenha um direito, seja condicional ou não, de ser garantido) qualquer ônus sobre bens detidos ou adquiridos pela companhia, tenha ou não a dívida garantida sido assumida; (d) todas as obrigações relativas a arrendamentos mercantis da Companhia; (e) todas as obrigações, condicionais ou não, da Companhia na qualidade de Companhia de cartas de crédito, cartas de garantia e/ou avais; e (f) todas as obrigações, condicionais ou não, da Companhia em relação a aceites bancários.

A

- l) não manutenção desde o primeiro dia após o primeiro ano contado da data de emissão das Debêntures e, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, por dois trimestres consecutivos, do seguinte índice financeiro apurado trimestralmente, com base nas demonstrações financeiras da controladora da Companhia (Demonstrações Controladora), feita a anualização, quando aplicável, mediante a soma do trimestre em questão com os três trimestres imediatamente anteriores:

“Índice de Dívida sobre Geração de Caixa somado ao Caixa Inicial” menor ou igual a 3,3 nos dois primeiros anos de apuração do índice e 3,0 a partir do terceiro ano de apuração do índice. Enquanto as Debêntures e o capital de giro permitido na forma da Escritura, conforme item 7.1.27 (ii) abaixo, representarem a única dívida da Companhia, o índice deste item poderá ser de até 3,7

“Índice de Dívida sobre Geração de Caixa” significa, quando aplicado à Companhia, o índice obtido da divisão da Dívida Financeira Bruta da Companhia pela Geração de Caixa, os dados relativos à Companhia terão como base as demonstrações financeiras não consolidadas da Companhia.

“Dívida Financeira Bruta” significa, quando aplicável à Companhia (i) o somatório de (a) todas as obrigações da companhia por fundos tomados em empréstimo ou em relação a depósitos ou adiantamento de qualquer tipo; (b) todas as obrigações da Companhia evidenciadas por títulos, debêntures, notas, contratos derivativos, ou instrumentos similares; (c) todas as dívidas de terceiros garantidas por (ou em relação a qual o titular da dívida tenha um direito, seja condicional ou não, de ser garantido) qualquer ônus sobre bens detidos ou adquiridos pela Companhia, tenha ou não a dívida garantida sido assumida; (d) todas as obrigações relativas a arrendamentos mercantis da Companhia; (e) todas as obrigações, condicionais ou não, da Companhia na qualidade de emissora de cartas de crédito, cartas de garantia e/ou avais; e (f) todas as obrigações, condicionais ou não, da Companhia em relação a aceites bancários;

“Geração de Caixa” significa, quando aplicável à Companhia, para qualquer período, o somatório de todos os recursos recebidos pela Companhia nos últimos doze meses, incluindo mas não se limitando a, (i) toda e qualquer receita auferida pela Companhia em decorrência de pagamentos, remunerações de qualquer tipo (inclusive financeiras), vendas de ativos, indenizações, empréstimos e novas captações cujos recursos sejam utilizados para

4

pagamento de juros e/ou principal da dívida ou de qualquer outra operação ou fato e (ii) dividendos recebidos de suas controladas, deduzindo-se as despesas da atividade (despesas operacionais subtraídas das despesas com amortização e das despesas financeiras líquidas);

“Caixa Inicial” significa, quando aplicável à Companhia, o somatório dos saldos em caixa e aplicações financeiras de curto prazo da Companhia, tais como CDB’s, RDB’s, letras hipotecárias, saldo credor das operações de hedge, fundos de investimento e outros, e de longo prazo, desde que Títulos Públicos Federais com liquidez, relativo ao semestre imediatamente anterior à verificação do índice.

- m) alteração ou modificação do objeto social principal da Companhia, da Eletropaulo e/ou da AES Tietê;
- n) comprovação de inveracidade ou incorreção de qualquer declaração feita pela Companhia que afete de forma adversa e relevante as Debêntures;
- o) (i) não constituição, não formalização, a ineficácia ou a inexecutabilidade das Garantias Reais até 30 (trinta) dias após a data de publicação do Anúncio de Início; ou (ii) caso a formalização, validade ou eficácia das garantias venham a ser questionadas judicialmente pela AES Brasil Holdings Ltda., o BNDES Participações S.A. – BNDESPAR ou respectivas sociedades controladas, direta ou indiretamente, integrantes do grupo econômico da Companhia; ou (iii) descumprimento de quaisquer obrigações previstas nos instrumentos de formalização das Garantias Reais, não sanados em 30 (trinta) dias, exceto no caso de descumprimento pelas respectivas Alienantes da obrigação de acompanhar eventuais aumentos de capital, não sanado em 5 (cinco) dias;
- p) vencimento antecipado de quaisquer dívida e/ou obrigação da Companhia, em cada um dos casos em valor unitário ou agregado superior ao valor em reais equivalente a US\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de dólares norte-americanos);
- q) vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigação da Eletropaulo e/ou AES Tietê, em cada um dos casos em valor unitário ou agregado superior ao valor em reais equivalente a US\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de dólares norte-americanos); e
- r) realização de qualquer pagamento de dividendos pela Companhia, ressalvado o disposto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, ou de qualquer outra participação nos lucros estatutariamente prevista, caso esteja em mora




relativamente ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária referente às Debêntures.

6. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestasse, suspendeu a reunião pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, a qual, reaberta a sessão, foi lida, achado conforme, aprovada, e por todos assinada. São Paulo, 29 de novembro de 2006. ASSINATURAS: Eduardo José Bernini – Presidente; Silvia Maria Ribeiro Lopes – Secretária. Conselheiros de Administração: Eduardo José Bernini; Charles Lenzi; Antonio Luiz Barros de Salles; Lucio da Silva Santos; Marcelo de Carvalho Lopes.

Confere com a original lavrada em livro próprio

São Paulo, 29 de novembro de 2006.

  
Silvia Maria Ribeiro Lopes  
Secretária da Mesa

